

## OS DESAFIOS DA GRADUAÇÃO NO PRONERA E AS CONQUISTAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS<sup>1</sup>

Marly Cutrim de Menezes.

Doutora em Ciências Sociais – UFMA – Universidade Federal do Maranhão.

### RESUMO

Trata de um estudo voltado para as políticas educacionais do campo no Maranhão, destacando a materialidade da educação do campo em diferentes instâncias da sociedade civil e a conquista do seu espaço na sociedade, concretizando-se na construção de uma política educacional do campo. Analisa um programa de formação de professores voltados para a formação superior, o Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (Pronera), que foi projetado pelos movimentos sociais, com vistas a construir e reivindicar políticas públicas para a educação do Campo, para formação de professores, no que se refere a suas práticas pedagógicas, no que tange aos possíveis saberes que futuros professores produzirão na sua escola de atuação ou em outras nas quais irá atuar. Investiga a formação e as práticas pedagógicas dos professores do campo em nível superior que se destacar como uma das experiências significativas de educação na perspectiva da construção de um novo projeto educacional.

**Palavras-chave:** Política Educacional. Educação do campo. Formação de Professores. Pronera,

### 1 INTRODUÇÃO

A construção das políticas públicas de educação do campo iniciou-se com a mobilização dos trabalhadores e com as lutas e conquistas dos movimentos sociais, a partir da década de 1960. Tais movimentos tiveram um grande envolvimento com as questões da educação do campo. No período de 1979, originou-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e no momento em que diagnosticaram que nos assentamentos havia um grande número de pessoas que não eram alfabetizadas, reivindicaram escolas com conteúdos e práticas de acordo com sua realidade. Diante disso, o movimento reivindicou uma educação de qualidade, da alfabetização até o nível da graduação.

---

<sup>1</sup> Projeto de pesquisa

A Educação do Campo surgiu como contraponto à concepção de Educação Rural, e luta pelo direito à educação e por um Projeto Político Pedagógico vinculado aos interesses da classe trabalhadora do campo, contemplando a diversidade de povos indígenas, povos da floresta, comunidades tradicionais e camponesas, quilombolas, agricultores, familiares, assentados, extrativistas, pescadores, artesanais, ribeirinhos, e trabalhadores e assalariados rurais.

A partir da década de 1990, tiveram início os encontros regionais e seminários, liderados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e outros movimentos sociais, começando, assim, a luta por uma educação voltada para os interesses da vida do campo, em uma perspectiva mais ampla de formação humana. Portanto, ficou evidente a necessidade da educação de qualidade para o campo, mas com a criação de espaços para formação de professores.

As lutas pelo reconhecimento dos direitos dos camponeses<sup>2</sup>, e as ações educativas dos movimentos sociais, especialmente do MST, contribuíram para reforçar a educação do campo, por meio de conquistas como a criação do Pronera, o surgimento da Articulação Nacional por uma educação do Campo e a elaboração pelo Conselho Nacional de Educação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das escolas do Campo. Também conseguiram estabelecer programas destinados aos sujeitos do campo, dentre os quais se destacaram o Pronera, iniciado no Maranhão em nível de graduação no ano de 2009, com o curso de Licenciatura em Pedagogia da Terra Tradicional e Pedagogia da Terra Território da Cidadania.

O programa foi direcionado para o campo, objetivando a formação de professores com graduação. Tal direcionamento é imprescindível para que se atendam as especificidades dos educandos do campo, visando a reafirmar a identidade do campo para que esta seja fortificada e mantida, para que possa atingir uma autonomia cultural, no sentido de sempre estimular o trabalhador do campo a produzir sua cultura.

## **2 GRADUAÇÃO NO PRONERA PEDAGOGIA DA TERRA UM SONHO POSSÍVEL**

---

Conceito histórico e político de significado extraordinariamente genérico que representa uma diversidade de sujeito. No Brasil em algumas poções do Centro Sul, são denominados de caipira. No Nordeste é corubá, tabaréu, sertanejo, capiau e lavrador. No Norte, são chamados sitiano, ceringueiro. No Sul, colono, caboclo. Há ainda um conjunto de outras derivações para as diversas regiões do país: caiçara, chapadeiro, roceiro, entre outras muitas denominações. E as mais recentes são: Sem Terra e Assentados. Esses termos nos dicionários trazem tanto um conteúdo valorativo como depreciativo.

(83) 3322.3222

contato@fipedbrasil.com.br

[www.fipedbrasil.com.br](http://www.fipedbrasil.com.br)

O Pronera é um programa direcionado para os povos do campo, de onde são oriundos os alunos do curso. Diante disso, o projeto do programa priorizou a articulação entre a teoria e a prática, a articulação entre as disciplinas e a formação específica, a execução do estágio supervisionado no decorrer do curso com atividade de orientação e acompanhamento da ação educativa, com o objetivo de buscar a qualidade na formação do professor.

O curso de graduação do Pronera tem os seguintes objetivos:

- a) formar educadores e educadoras com ênfase em estudos do campo, priorizando a qualificação para atuar no planejamento, na gestão e docência das escolas do campo e entidades afins às questões camponesas;
- b) formar profissionais para atendimento à educação básica e suas modalidades, com qualidade social;
- c) realizar estudos que impliquem na construção de metodologias voltadas para a pesquisa de intervenção da realidade do campo.

Daí a necessidade de uma educação que cultive identidade, autoestima, valores, memórias, saberes e, acima de tudo, uma educação que projete movimentos participativos, relações e transformações, voltadas para os interesses e desenvolvimento sociocultural e econômico dos povos que habitam e trabalham no campo, atendendo a suas diferenças históricas e culturais.

Com objetivos bem diferentes, os movimentos sociais lutam por uma educação destinada ao homem do campo, com condições adequadas, acesso à terra, sendo de fundamental importância que esse homem se torne capaz de conduzir o seu destino com uma educação de qualidade, e não a educação que historicamente vem sendo oferecida às escolas do campo, com conteúdos fragmentados e despolitizados. Essas reivindicações dão origem a uma relação inevitável entre a educação do campo e a escola. Entretanto, a educação do campo dos movimentos populares não estabelece teoria pedagógica exclusiva para as escolas do campo, e sim, combate a oposição histórica entre o campo e a cidade, na qual a educação na cidade é vista como superior à do campo.

A luta que se impõe na educação da classe trabalhadora não é apenas por um espaço para ler e escrever, mas por escolas e políticas públicas educacionais que contribuam para a emancipação dos sujeitos históricos do campo (TAFFAREL, 2010, p. 160).

Diante dos programas para Educação do Campo, faz-se necessário que as políticas voltadas

para essa modalidade tenham como objetivo a humanização de seus sujeitos, por meio de tarefas específicas que lhes são atribuídas e que atendam ao mesmo tempo às particularidades dos processos sociais de seu tempo histórico.

É pertinente reconhecer os limites e as lacunas do programa PRONERA, entretanto, devemos considerar a consistência desse curso e as novas epistemologias, as práticas pedagógicas e a relevância para professores e alunos que concluíram, uma formação em nível superior. A atuação deste programa redimensionou positivamente as práticas pedagógicas dos professores do campo, do curso de Pedagogia da Terra PRONERA.

#### **4 CONCLUSÃO**

Devido ao fato de trabalhar com educadores que vêm do campo e que conhecem as condições de vida de seus educandos, a Licenciatura em Educação do Campo tem relevante potencial para contribuir com a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem dos sujeitos do campo,

Vale ressaltar que os movimentos da Educação do Campo conseguiram conquistar instrumentos legais que legitimam essa luta como uma condição necessária para que a universalidade do direito à educação seja exercida, respeitando as especificidades dos sujeitos do campo; Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e definiu a identidade da escola do campo; Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional na Reforma Agrária (Pronera), o qual merece destaque por ter dado à Educação do Campo a condição potencial de política de Estado.

Além do decreto supracitado, conta-se também com outros instrumentos legais, como a Resolução CNC/CEB nº 1/2002 e Resolução CNE/CEB nº 2/2008, Parecer CNE/CEB nº 1/2006, que reconhece os dias letivos da Alternância; Resolução nº 4/2010, que reconhece a Educação do Campo como modalidade específica e define a identidade da escola do campo; Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional na Reforma Agrária (Pronera), o qual merece destaque por ter dado à Educação do Campo a condição potencial de política de estado.

Conforme é enfatizado no artigo 1º:

Art. 1º - A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto.

Esse decreto pode ser considerado mais um reforço para a ampliação do curso de nível superior para o homem do campo, com educação voltada para a formação humana e para o fortalecimento do mundo rural, como território de vida em todas as suas dimensões.

O povo tem direito de ser educado no lugar onde vive, bem como a uma educação pensada com a sua participação, uma educação vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. Assim, o Pronera está sempre lutando, cobrando por uma educação no e do campo, além de ser referência no que diz respeito à chamada educação do campo, que tem como objetivo a escolarização dos povos do campo em todos os níveis.

Diante dos programas para Educação do Campo, faz-se necessário que as políticas voltadas para essa modalidade tenham como objetivo a humanização de seus sujeitos, por meio de tarefas específicas que lhes são atribuídas e que atendam ao mesmo tempo às particularidades dos processos sociais de seu tempo histórico.

É pertinente reconhecer os limites e as lacunas do programa Pronera. Entretanto, devemos considerar a consistência desse curso e as novas epistemologias, as práticas pedagógicas e a relevância para professores e alunos que concluíram uma formação em nível superior. A atuação desse programa redimensionou positivamente as práticas pedagógicas dos professores do campo, no curso de Pedagogia da Terra PRONERA

## REFERÊNCIAS

BRASIL.. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394 de 1996. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Manual de Operações. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. PRONERA – Programação Nacional de Educação e Reforma Agrária: manual de operações. Brasília INCRA / PRONERA, 2004.

\_\_\_\_\_. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília – DF: MEC, 2003.

COTINHO, Adelaide Ferreira. et al. (orgs). Projeto de Formação de Educadores e Educadoras do Campo, em Nível de Graduação, no Estado do Maranhão. *In: Curso Especial de Licenciatura em Pedagogia da Terra PRONERA/UFMA*. São Luís – MA, 2008.

TAFFAREL, Celi Neuza Zulke. **Caderno Didático sobre a Educação do Campo**. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Relatório Final do Projeto de Extensão Universitária: Projeto de formação de educadores e educadoras da reforma agrária no Estado do Maranhão- PRONERA/UFMA/MST/ASSEMA.São Luís, 2006.